Processo TC nº 017.917/2011-5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – *Recurso de Reconsideração*

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora,

Examina-se recurso de reconsideração interposto por João Pedro da Silva e José Edson da Costa Silva (peças 64 e 69) contra o Acórdão nº 2458/2014-Plenário (peça 51), mediante o qual esta Corte rejeitou suas alegações de defesa, julgou-lhes irregulares as contas, condenou-os ao ressarcimento de débito, imputou-lhes multa fundamentada no art. 57 da Lei nº 8.443/92 e inabilitou-os para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública.

2. Da análise efetuada pela Serur (peça 96), constata-se que os argumentos apresentados nas peças recursais não são suficientes para elidir as ocorrências apontadas nos autos e que fundamentaram a condenação imposta pelo Tribunal, sendo, por conseguinte, incapazes de alterar a deliberação recorrida.

3. Desse modo, considerando adequada a análise da unidade técnica, este representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento (peça 96), no sentido de que esta Corte conheça e negue provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se os exatos termos do Acórdão nº 2458/2014-Plenário.

Ministério Público, em outubro de 2015.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral